

RESOLUÇÃO Nº 004, de 27 de julho de 2018.

Regulamenta a provisão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política pública de Assistência Social de São José das Palmeiras.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em **Reunião** realizada em 27 de Julho de 2018 no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 604\2017, e:

CONSIDERANDO o art. 22 da Lei nº 8.742, de 1993 – LOAS que atribui competência aos Conselhos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social - PNAS aprovada pela Resolução CNAS nº145/2004, que dispõe sobre as diretrizes e princípios para a implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS.

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social-NOB/SUAS.

CONSIDERANDO que os Benefícios Eventuais são benefícios da Política de Assistência Social, caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de intempéries e calamidade pública.

CONSIDERANDO a Resolução do CNAS nº 212 de 19 de outubro de 2006, que propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão dos benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social.

CONSIDERANDO a Resolução da Comissão Intergestores Tripartite nº7 de 10 de setembro de 2009, que pactuou a implantação do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema único de Assistência Social – SUAS.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 604 de 09 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social no Município de São José das Palmeiras – SUAS e dá outras Providências.

CONSIDERANDO a Resolução do CNAS nº 39, de 9 de dezembro de 2010, que Dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde.

CONSIDERANDO o Decreto nº 6.307/2007 que dispõe sobre os benefícios eventuais e define em seu artigo 9º que as “provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social”.

CONSIDERANDO a Resolução nº 109 CNAS de 25 de novembro de 2009, que dispõe da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

CONSIDERANDO a Nota Técnica aos Órgãos Gestores Municipais da Política de Assistência Social e Conselhos Municipais de Assistência Social referente aos Benefícios Eventuais da Política de Assistência Social do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR de 08 de abril de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Regulamentar a provisão de Benefícios Eventuais no âmbito da política pública de assistência social de São José das Palmeiras.

Art. 2º - Entende-se por Benefícios Eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e são prestadas às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§ 1º - A provisão de Benefícios Eventuais de Assistência Social deverá ser realizada conforme situação temporária de vulnerabilidade enfrentada pelas famílias.

§ 2º - A calamidade pública deve ser reconhecida pelo poder público, mediante decreto, explicitando a situação anormal resultante de tempestades, enchentes, deslizamentos, desabamentos, incêndios, inversões térmicas, baixas ou altas temperaturas e epidemias, identificando os sérios danos causados às famílias e pessoas afetadas, inclusive à incolumidade e à vida de seus integrantes, com as medidas a serem adotadas, independente dos benefícios eventuais.

§ 3º - Nas situações de calamidade pública quando o número de beneficiados for superior ao número de benefícios concedidos mensalmente, deverá o item de despesa do Fundo Municipal de Assistência Social ser suplementado pelo valor e período previsto, de forma a não prejudicar o direito das demais famílias e pessoas conforme a presente Resolução.

Art. 3º - Os Benefícios Eventuais destinam-se às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros ou situação de vulnerabilidade social temporária.

Art.4º - Os Benefícios Eventuais devem atender no âmbito do SUAS aos seguintes princípios:

I – Gratuidade, transparência e afirmação do Benefício Eventual como direito socioassistencial.

II - Não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartida.

III - Desvinculação de comprovações complexas e vexatórias que expõe os beneficiários.

IV - Garantia de qualidade e agilidade na concessão dos benefícios.

V- Garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios eventuais.

VI - Ampla divulgação dos critérios para a sua concessão.

VII - Integração da oferta com os serviços socioassistenciais.

VIII - Espaço para manifestação e defesa dos direitos dos cidadãos.

Art. 5º - Os Benefícios Eventuais são complementares às ações de atendimento e/ou acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF/CRAS, conforme a especificidade do Benefício Eventual.

Art. 6º - Os Benefícios Eventuais que integram esta Resolução caracterizam-se pelas seguintes modalidades:

- I - Auxílio Documentação Civil.**
- II - Auxílio Natalidade.**
- III - Auxílio Alimentação.**
- IV - Auxílio Passagem.**
- V - Auxílio Funeral.**
- VI – Auxílio Cobertura de Emergência.**
- VII – Auxílio Assistência Judiciária.**
- VIII – Auxílio Cobertor.**

Parágrafo Único - Os Benefícios Eventuais de Auxílio Documentação Civil, Auxílio Natalidade, Auxílio Alimentação, Auxílio Passagem e Auxílio Funeral serão operacionalizados pelos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

Art. 7º - O Benefício Eventual, na forma de **Auxílio Documentação Civil**, destina-se à família com renda *percapita* de até ½ salário mínimo nacional e consiste em pagamento de taxas para emissão de segundas vias de certidão de Registro Civil.

§ 1º - A taxa de emissão de certidão somente será paga no caso de absoluta impossibilidade de isenção (gratuidade), conforme estabelecem as legislações pertinentes.

§ 2º - O Benefício Eventual **Auxílio Documentação Civil** será operacionalizado por equipe técnica de nível superior do CRAS.

Art. 8º - O Benefício Eventual, na forma de **Auxílio Natalidade**, destina-se a família com renda *per capita* de até ½ salário mínimo nacional, constitui-se em uma prestação não contributiva, de assistência social, em bens de consumo, para reduzir a vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

§ 1º - Os bens de consumo consistem no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.

§ 2º - Nos casos de crianças recém-nascidas que ainda não tenham sido beneficiadas é imprescindível à apresentação da certidão de nascimento.

§ 3º - O Benefício Eventual **Auxílio Natalidade** será operacionalizado por equipe técnica de nível superior do CRAS.

Art. 9º - O Benefício Eventual na forma de **Auxílio Alimentação** constitui-se em uma prestação temporária não contributiva, de assistência social, visando à redução da vulnerabilidade social, por meio da concessão de benefício na modalidade cesta básica.

§ 1º - O Benefício Eventual **Auxílio Alimentação** destina-se a família com renda *per capitate* pobreza e com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais que provoquem riscos e fragilizam a manutenção da unidade familiar, a sobrevivência de seus membros ou a manutenção da pessoa.

§ 2º - Utiliza-se como base a renda *per capita* de pobreza conforme referência estabelecida pelo Governo Federal na concessão do Benefício de Transferência de Renda do Programa Bolsa Família.

§ 3º - O Benefício Eventual **Auxílio Alimentação** será operacionalizado por equipe técnica de nível superior do CRAS.

Art. 10º - O Benefício Eventual **Auxílio Passagem** destina-se a pessoas com renda *per capitate* até ½ de salário mínimo nacional em situação de violação de direitos e/ou situação de risco pessoal em atendimento e/ou acompanhamento pela rede socioassistencial, com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, que provoquem riscos e fragilizam a manutenção da unidade familiar, a sobrevivência de seus membros ou a manutenção da pessoa.

Parágrafo Único - O Benefício Eventual **Auxílio Passagem**, será operacionalizado por equipe técnica de nível superior do CRAS.

Art. 11º - O Benefício Eventual, na forma de **Auxílio Passagem** destina-se a pessoas em trânsito e munícipes quando caracterizado situação de urgência, conforme os critérios:

I- O requerente do benefício deverá apresentar documentação pessoal ou o Boletim de Ocorrência (B.O), quando informado que perdeu ou teve roubado seus documentos pessoais.

II- A concessão de passagem em quaisquer circunstâncias será liberada apenas uma única vez, salvo em situações avaliadas pelo profissional.

§ 1º - O técnico de nível superior estabelecerá contato com familiares ou com o local de trabalho informado pelo solicitante da passagem, a fim de verificar se este realmente possui vínculos com a cidade destino/origem e somente com tal confirmação a passagem será liberada.

§ 2º - Considera-se pessoa em trânsito aquela que está em passagem pelo município e/ou não possua condições financeiras de retornar a sua cidade de origem ou a outro município.

§ 3º - Consideram-se munícipes em situação de urgência o beneficiário em situação de risco pessoal e risco social, conforme avaliação técnica.

Art. 12º - O Benefício Eventual na forma de **Auxílio Funeral** visa reduzir a vulnerabilidade provocada por falecimento de membro da família, podendo ser prestado na forma de pecúnia, através da concessão de benefício por meio de subsídio financeiro.

Art. 13º - O Benefício Eventual **Auxílio Cobertura de Emergência** destina-se ao atendimento de vítimas de calamidade pública decorrente de eventos da natureza ou situação de emergência.

Art. 14º - O Benefício Eventual **Auxílio Assistência Judiciária** constitui-se em atendimento jurídico as pessoas carentes do Município.

Parágrafo Único - O Benefício Eventual **Auxílio Assistência Judiciária** será operacionalizado por técnico de nível superior que prestara atendimento no CRAS.

Art. 15º - O Benefício Eventual **Auxílio Cobertor** visa proporcionar melhores condições de vida às pessoas mais necessitadas.

Parágrafo Único - O Benefício Eventual **Auxílio Cobertor**, será operacionalizado por equipe técnica de nível superior do CRAS.

Art. 16º - Para acessar os Benefícios Eventuais as famílias e/ou indivíduos deverão estar cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal.

I - Nos casos em que a família não possua Cadastro Único a equipe técnica do CRAS deverá realizar as providências para sua inclusão.

II - Nos casos em que a família esteja com o Cadastro Único desatualizado a equipe técnica do CRAS deverá realizar as providências para sua atualização.

Art. 17º - Terá prioridade na concessão dos Benefícios Eventuais:

I - família monoparental em situação de desemprego ou menor renda *per capita*;

II - família com maior número de crianças e adolescentes com idade inferior a 18 (dezoito) anos e menor renda *per capita*;

III - família que tenha dependente com deficiência e/ou pessoa incapacitada para a vida independente e para o trabalho ou ainda idosos, como também doentes impossibilitados de trabalhar, mediante apresentação de atestado médico, durante o período em que houver necessidade de tratamento;

IV - família com membros no sistema penitenciário ou em situação de privação de liberdade sem direito ao auxílio reclusão e menor renda *per capita*;

V - famílias que se encontram em situação de violação de direitos e que se enquadram nos critérios de renda estabelecidos nesta Resolução e/ou conforme avaliação técnica;

VI – Famílias afetadas por situação de calamidade pública e situações de emergência.

Art. 18º - Ao Conselho Municipal de Assistência Social compete:

I - Acompanhar e avaliar a concessão dos benefícios eventuais;

II – Fiscalizar a execução dos benefícios em âmbito municipal;

III - Apreciar os estudos de demanda, revisão dos tipos de benefícios eventuais concedidos, revisão de valores e reformular sua regulamentação com base nos dados e/ou propostas da Secretaria de Assistência Social ou em razão de regulamentação federal ou estadual.

IV - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para este fim.

Art. 19º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação revogando as disposições em contrário.

São José das Palmeiras, 27 de julho de 2018.

DIONE MARIA POERCH AMARAL
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social